

3	CONDICIONANTES, POTENCIALIDADES E DEFICIÊNCIAS	1
3.1	ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS.....	2
3.1.1	Aspectos Demográficos.....	2
3.1.2	Aspectos Econômicos	2
3.2	ASPECTOS AMBIENTAIS	7
3.3	INFRA-ESTRUTURA URBANA.....	10
3.4	SERVIÇOS PÚBLICOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS.....	11
3.5	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	12
3.6	INSTITUCIONAIS.....	12
3.7	TABELA SÍNTESE	13

3 CONDICIONANTES, POTENCIALIDADES E DEFICIÊNCIAS

Diferentemente dos antigos Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado (PDDI's), que contemplavam apenas a área urbana, o Plano Diretor Municipal de Antonina está sendo concebido no âmbito municipal, abrangendo tanto as áreas urbanas quanto as rurais, e, portanto, a partir desse momento, o planejamento do município começa a ter também um enfoque e uma relação com a região. Pois não tem mais sentido ter um Plano Diretor Municipal, como instrumento, se ele não for focado, entendido e até desenvolvido dentro de uma característica regional, assim sendo, por menor que seja o município é necessário que o planejamento ocorra sempre de forma conjunta.

Desta maneira, a Administração Municipal, Câmara de Vereadores, instituições públicas e privadas e a sociedade civil, como um todo, foi convidada a interagir, visto que a existência de um Plano Diretor Municipal contribui para o direcionamento das ações públicas e privadas, buscando o desenvolvimento municipal e a solução dos problemas que, no caso de Antonina, na sua maioria são de ordem econômica, social e ambiental.

Assim, a Consultora e o Núcleo Gestor Municipal, bem como os agentes sociais envolvidos, tiveram várias discussões sobre como proceder diante das situações de conflitos de competências encontradas durante o desenvolvimento dos trabalhos, pois parte dos procedimentos a serem adotados quando da estruturação dos capítulos inerentes à elaboração do Plano, dependem muito do esclarecimento e definição destas situações.

Com vista na execução destes debates, e em conformidade com o Termo de Referência fornecido pelo SEDU/PARANACIDADE, foram elaboradas a seguir as CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES do município de Antonina, como forma de observar quais são os principais anseios do município e população local.

Para que se possa entender o que foi elaborado a seguir, é interessante que todos tenham um entendimento do que são Condicionantes, Deficiências e Potencialidades dentro do Termo de Referência do ParanáCidade, portanto, observa-se que:

CONDICIONANTES são elementos de caráter espacial, ambiental, sócio-econômico ou legal que não podem ser alterados ou que estão muito além da capacidade do município de provocar mudanças substantivas como, por exemplo, o relevo, a ocupação urbana, a baía de Antonina, etc.

DEFICIÊNCIAS são caracterizadas como problemas, devendo ser objeto das ações, políticas, programas capazes de realizar mudanças na realidade para um novo estágio.

POTENCIALIDADES são elementos da realidade que podem ser utilizados para promover as mudanças desejadas na qualidade de vida da população.

Seguindo essas três definições a situação de Antonina pode ser observada no item 3.7, Tabela Síntese.

3.1 ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

3.1.1 Aspectos Demográficos

O crescimento populacional do município de Antonina mostrou-se pouco significativo nesses últimos trinta anos, pois, em 1970 a população total do município era de 16.448 pessoas e hoje a cidade se encontra com 20.492 pessoas (dados IBGE de 2005). Entretanto o fato de maior relevância na evolução demográfica observada na avaliação temática foram às migrações do campo para a cidade, e não apenas das áreas rurais mas também das outras localidades como os distritos de Cacatu, Cachoeira e Rio do Nunes. A população residente na área urbana aumentou em 37% nos últimos trinta anos e nesse mesmo período houve um decréscimo de 32% da população da área rural.

Isto demonstra um grande fluxo de pessoas em direção a sede do município de Antonina, que associado a uma falta de planejamento urbano vem acarretando uma série de problemas urbanos de moradia, saneamento, vias públicas e concentração demográfica, esta, associada a ocupações em áreas de grande fragilidade ambiental.

Entretanto, as deficiências de Antonina muitas vezes são as suas próprias potencialidades, pois, em alguns casos, próximo dessas áreas de ocupação irregular, podem ser observados grandes vazios, favorecendo de uma maneira prática a relocação de famílias dentro de seu próprio bairro. Entretanto cabe lembrar, que todo esse processo deve ser embasado dentro das diretrizes do Instrumento normativo do Ministério das Cidades que é o Estatuto da Cidade.

3.1.2 Aspectos Econômicos

A economia do município de Antonina, fragilizada nas últimas décadas, está baseada principalmente na atividade portuária e no desencadeamento no setor de comércio e serviços.

3.1.2.1 Finanças Municipais

A importância da receita corrente para a administração municipal de Antonina, não difere da maioria dos pequenos municípios brasileiros, ou seja, há forte dependência das transferências correntes, tanto da União Federal como do Estado. Essa dependência se justifica porque as receitas próprias (tributárias e de serviços), não suportam, ainda, as despesas do município, e isso se traduz numa característica de todos os municípios pouco desenvolvidos comercial e industrialmente, não é uma particularidade do município de Antonina.

Não obstante a considerável tendência de crescimento da Receita Tributária – principal fonte de renda própria da Administração – o município, registrou um incremento de arrecadação na ordem de aproximadamente 150%, onde as receitas correntes cresceram na ordem de 30% nos últimos quatro anos, representando um aumento da ordem de 7,5% ao ano.

No crescimento da arrecadação da Receita o primeiro mérito fica com a entrada em operação do Porto de Antonina, pertencente à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, e no segundo o crédito é da própria organização da administração municipal, que se empenhou no recadastramento dos imóveis de sua população urbana, resultando em arrecadação maior.

Desta maneira o incremento das receitas municipais, conjugado com uma administração coerente das despesas de custeio e de manutenção, bem como a renegociação das dívidas públicas, permite ao administrador municipal planejar mais os investimentos em benefício de sua população.

No caso específico do município de Antonina, esse fato pode ser observado com bastante propriedade. Apesar dos esforços da administração, que convergem para uma gestão participativa e progressista, os números indicam a paralisação, e/ou até uma certa redução na capacidade de investimento.

Essa análise reflete que o município deve continuar se esforçando no sentido de abrir mais o *gap* no gráfico das receitas e das despesas, e essa possibilidade somente pode resultar pelo aumento da receita e / ou pela redução da despesa, única fórmula capaz de fazer com que o índice da capacidade de investimento se apresente melhor.

Já o esforço tributário da administração municipal de Antonina é ascendente. Esse indicador é demonstrado pela relação entre a Receita Tributária e a população do município, ou seja,

como observado na Avaliação Temática a receita tributária foi consideravelmente incrementada, porém, em contra-partida a população não aumentou praticamente nada. Isso demonstra que foram adotadas medidas corretivas de procedimentos anteriores, a exemplo do que ocorreu com o IPTU.

No que diz respeito, as dívidas públicas, estas representam o estrangulamento das finanças municipais pelos reflexos negativos que provocam perante a opinião pública e, em especial, porque restringem a capacidade de investimento bem como inibem a implantação ou a manutenção de programas de duração continuada.

Na administração municipal de Antonina, infelizmente, essa situação existe, pois, se registram dívidas com a Previdência Social – INSS, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e, com os precatórios trabalhistas. Estes últimos representam o *calcanhar de Aquilles* de toda administração, pois, têm característica judicial e, na execução final, podem se consumir com o seqüestro dos depósitos bancários da administração, provocando um desequilíbrio financeiro sem prévio aviso.

3.1.2.2 Limites de Endividamento

No que tange os limites de endividamento do município, de acordo com os termos da Resolução nº 40 de 21/12/2001, do Senado Federal, a Dívida Consolidada Líquida (DCL) dos municípios não poderá exceder, em 31.12.2016 a 1,2 vez a sua Receita Corrente Líquida (RCL).

No caso de Antonina, aplicando-se os preceitos da Resolução nº 40 e, mediante consulta formulada perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, tem-se a informação que a capacidade de endividamento do município situa-se na ordem de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

A partir de uma análise global, os registros financeiros da administração refletem um equilíbrio no gerenciamento da equação entre receita e despesa, objetivando a promoção da justiça fiscal e a busca gradativa e permanente da maior eficiência do sistema arrecadatório a partir da adoção de uma modernização dos procedimentos de cadastramento e cobrança de tributos municipais e da eliminação de despesas em atividades reconhecidamente não sociais.

É importante levar em conta que todas as medidas adotadas pela administração, quando encontram amparo nas esferas superiores, tendem a conduzir os procedimentos de duas formas distintas:

Primeira: por meio do incremento de transferências voluntárias das esferas superiores (União e Estado), para financiar intervenções estratégicas e,

Segunda: porque a modernização e a organização levam naturalmente ao aumento da capacidade de endividamento do município, o quê, por sua vez, permite a entrada de recursos oriundos de empréstimos por meio de organismos de crédito.

Finalmente, a organização e a modernização da máquina administrativa, conjugadas com a seriedade no trato do recurso público, potencializam a credibilidade, estabelecem um clima propício para o incentivo de novos investimentos e, por conseqüência, favorecem o desenvolvimento sustentável, fechando o circuito entre produção, desenvolvimento e satisfação da sua população.

3.1.2.3 Turismo

O turismo na cidade de Antonina é de certa maneira representativo, com a existência de alguns restaurantes, pousadas, e hotéis, porém não é explorado em toda a sua potencialidade, seu movimento ocorre principalmente no verão, com a vinda de muitas pessoas com segunda residência e nos famosos eventos culturais da cidade, como o Carnaval, Festival de Inverno da UFPR e a Festa da Padroeira da Cidade.

No que diz respeito ao Porto de Antonina, este, foi reativado recentemente sendo o principal gerador de empregos na cidade, refletindo no setor de terciário de serviços e comércio que vem crescendo muito nos últimos anos, justamente depois da reativação dos Terminais Portuários da Ponta do Félix - TPPF em 2000 e 2001.

Aproximadamente 10 % da população local de Antonina é dependente da atividade pesqueira. Este setor da economia talvez seja o que sofre mais intensamente com as conseqüências do desenvolvimento não sustentável do litoral paranaense. Muitos pescadores se encontram em situação de pobreza devido à falta de organização entre si, pois ainda apresentam grande dependência de atravessadores. Estes pagam mal pelo pescado, com isso fazem com que aja uma sobre pesca no estoque para compensar o dinheiro não ganho, gerando problemas ecológicos apontados pelos próprios pescadores. Aliada a esta situação encontra-se as péssimas condições de qualidade da água da baía, que impedem a implementação de qualquer projeto de aqüicultura.

3.1.2.4 Zona Rural

A agricultura na zona rural, apesar de sustentar muitas famílias, é pouco representativa entretanto, este setor gera muitos produtos característicos da região, como a banana e a

mandioca (nº de agricultores e produção agrícola do município). Além desses dois produtos, existe no município a cultura de arroz, cana de açúcar, milho e feijão (em ordem de produção agrícola e importância). A maioria dessas culturas é produzida em pequena escala, na forma de agricultura familiar, um futuro produto turístico em potencial a ser desenvolvido, podendo se tornar mais uma alternativa de renda aos trabalhadores do campo.

Parte dessa produção agrícola é hoje utilizada e consumida pelo turismo do litoral com um todo (derivados da banana e farinha da mandioca). Entretanto a deficiência desse setor está relacionada ao pouco acesso a tecnologias das famílias produtoras, bem como a falta de divulgação, situação esta relacionada à falta de um planejamento turístico que passe a vender o município como um todo. Pois como colocado anteriormente, em relação as potencialidades turísticas podemos dizer que Antonina é privilegiada, apresentando oportunidades de desenvolvimentos de diversos ramos do turismo, como: Turismo Náutico, de Aventura, Cultural e Histórico, Gastronômico, Ecoturísticos, entre outros. Todas essas potencialidades estão ligadas às características ambientais do Município como a Baía de Antonina, a Serra do Mar, a cidade histórica e a cultura caiçara.

Com relação à economia do município pode-se destacar:

- a dependência ao Porto;
- comércio local forte, diversificado e em crescimento;
- pouco aproveitamento econômico da baía e seus recursos naturais;
- atividade pesqueira deficitária;
- produção rural deficitária, com potencial de desenvolvimento de projetos sustentáveis;
- turismo modesto dependente a temporada de verão e eventos esporádicos.

Desta forma, o Plano Diretor Municipal apresentará proposições para um novo zoneamento territorial, bem como diretrizes que visem garantir um relacionamento sustentável entre o porto e a cidade, buscando soluções que evitem o tráfego pesado de cargas pelo Centro Histórico, por exemplo. Assim, fatores relevantes e inerentes a história e a realidade atual do município, entre eles o turismo, meio-ambiente e o porto, devem ser considerados como tripé norteador, do ordenamento e do desenvolvimento municipal.

3.2 ASPECTOS AMBIENTAIS

A cidade de Antonina se encontra inserida em uma região de extrema importância ambiental, possuindo em seu território grandes remanescentes de floresta Atlântica, um dos maiores trechos de mata contínua do Brasil, e uma baía com altos índices de produtividade biológica e com uma extrema importância ecológica para a região.

A **baía de Antonina** apresenta diversos problemas ambientais relacionados à má utilização dos recursos naturais pelo homem. Diversos setores e atividades econômicas geraram até hoje inúmeros problemas para o meio ambiente do município. Dentre essas atividades podemos citar a atividade portuária, até então praticada no país como uma atividade geradora de impactos ambientais, com as dragagens, a carga e descarga de produtos poluentes, o despejo da água de lastro dos navios, além de diversos vazamentos de óleo. Entretanto, não é apenas a atividade portuária que gera problemas ambientais à baía de Antonina. Existem diversas outras como a agricultura tradicional (com o carreamento de agrotóxicos até a baía) e a pecuária (com o corte de árvores e mata ciliar), que associadas a declividades elevadas da região e alta pluviosidade regional, acarretam em elevados índices de erosão, acelerando o assoreamento e contaminando os sedimentos da baía. Processo muito comum em diversas baías do mundo com atividades portuárias e urbanização intensas.

Outro fator que auxiliou no assoreamento da baía foi a construção da usina Capivari Cachoeira, que desviou um pedaço do rio Capivari ao rio Cachoeira (através de um túnel), aumentando consideravelmente a vazão do rio e, conseqüentemente, acelerando, durante um certo período, assoreamento da baía. Além disso, a própria urbanização das cidades costeiras gerou diversas conseqüências como a entrada de efluentes domésticos (com diversos contaminantes naturais e artificiais), os lixões com o chorume nos rios e, conseqüentemente, na baía, além de diversos pontos de erosão do solo urbano em terrenos abandonados e/ou loteamentos interrompidos ou inacabados.

A pesca também é outra atividade com suas problemáticas particulares como a sobrepesca, a pesca em períodos de defeso (ilegal), ausência de políticas regionais específicas e fiscalização eficaz sobre o controle do estoque pesqueiro através de estatísticas de desembarque. O turismo desordenado também oferece riscos ao ambiente costeiro como a especulação imobiliária, a construção em locais inadequados não atendendo a legislação, a exploração dos recursos pesqueiros em épocas inadequadas e o não cumprimento das normas de captura de pescados, além do aumento da população em períodos de eventos

culturais que associados a ausência de saneamento e termos de conduta turística proporcionam diversos impactos negativos no ambiente como um todo.

Todos esses usos geram diversos impactos ambientais negativos na baía de Antonina, como a contaminação dos sedimentos, assoreamento acelerado, baixa qualidade das águas, distúrbios na biota, exploração dos recursos pesqueiros, mudanças no ambiente (corte de manguezais), entre outras conseqüências no ecossistema aquático.

Podem-se destacar as questões:

- contaminação da água da baía devido a ausência de saneamento básico;
- contaminação dos sedimentos da baía;
- exploração excessiva do pescado;
- degradação de manguezais e encostas nas áreas urbanas.

Desta forma, com relação à baía deve-se procurar uma proposta de caráter regional de controle e recuperação ambiental (*gerenciamento das bacias hidrográficas, saneamento ambiental dos principais centros urbanos do litoral, política pesqueira e aquacultura, monitoramento ambiental dos principais indicadores sócio-ambientais, gerenciamento costeiro*) aliada a soluções integradas, tanto em nível local como regional.

A **área rural** do município se encontra em uma situação peculiar, pois está inserida em uma das regiões mais bem preservadas de “Mata Atlântica” do Brasil. Apresentando diversas unidades de conservação com distintas categorias de manejo. Dentre essas **UCs** podemos citar duas de maior importância com relação ao planejamento municipal e propostas de desenvolvimento. São elas a **APA** de Guaraqueçaba e APA da Serra do Mar, antiga Área de Especial Interesse Turístico do Marumbi.

As APAs apresentam características diferenciadas das outras UCs pois nelas são permitidos diversos tipos de uso e ocupação do solo, sendo seu principal objetivo ordenar este uso e ocupação e promover o desenvolvimento sustentável.

A APA de Guaraqueçaba possui zoneamento e planos de gestão, abrangendo quase metade do município, pegando situações de baía e planície costeira e serra do mar. Já a APA da Serra do Mar que também abrange grande parte do município fica mais restrita a regiões da Serra do Mar, englobando diversas UCs também dentro de seu território.

A falta de projetos e programas junto aos moradores da zona rural é um problema encontrado na região, onde muitas vezes diversos agricultores não conseguem desenvolver

a agricultura, pois se encontram em não conformidades com a legislação ambiental devido à inexistência e capacidade financeira de contratação de técnicos que possam fazer as adequações às normas exigidas nos planos de gestão e zoneamentos das APAs.

No município se encontram duas fazendas de propriedade da ONG SPVS, onde são realizados projetos de seqüestro de carbono, propostas do protocolo de Kyoto. Estes estão sendo bem aceitos junto à comunidade local de agricultores, pois muitos deles se encontram hoje trabalhando de carteira assinada nas fazendas vinculadas aos projetos. Basicamente funcionam de maneira que antigas áreas degradadas (antigas fazendas de búfalos) estão sendo recuperadas onde seus antigos pastos estão sendo reflorestados com espécies nativas. Assim essas árvores que crescem, tornam-se créditos de carbono, que podem ser vendidos a grandes empresas geradoras de poluição como, GM, Texaco, Esso, podendo reduzir o processo de aquecimento global.

Essas iniciativas são interessantes, pois oferecem alternativas de trabalho para a população local, que antes trabalhavam nas fazendas de búfalos onde não obtinham muitas esperanças de melhoria de qualidade de vida. E agora fazem parte de um projeto sustentável de repercussão internacional, com possibilidades de melhoria da sua qualidade de vida.

Entretanto esse projeto ocorre em uma parte do território do município, existindo outras localidades onde a legislação da APA, ainda é um empecilho aos moradores, devido à falta de acesso a técnicos capacitados em realizar projetos sustentáveis, permitidos na APA, principal condicionante da área rural, trazendo dificuldades para a realização de planos de manejos adequados à legislação ambiental das APAs. O solo da região que não é muito adequado à agricultura tradicional tem sido um empecilho ao desenvolvimento local nesses últimos anos. A potencialidade dessa região é a implementação de projetos sustentáveis como o exemplo do realizados pela SPVS, porém podendo ser com outras temáticas, não apenas o seqüestro do carbono, e sim alternativas que possam deixar independentes os agricultores.

Os distritos e localidades de Antonina, Rio do Nunes, Cacatu, Cachoeira e Bairro Alto, apresentam situações de controvérsia no que diz respeito a perímetros urbanos e zona rural. Em alguns casos encontramos no mesmo distrito ou localidade as duas zonas, rural e urbana. Gerando conflitos entre a população e prefeitura, pois em muitos casos onde são cobrados IPTU muitas vezes não são fornecidos os serviços públicos básicos de áreas urbanas, gerando controvérsias.

Na área rural podem-se destacar as questões:

- dificuldade de acesso dos produtores rurais aos técnicos capacitados em realizar planos de manejo;
- ausência de programas específicos voltados ao trabalhador rural;
- potencial turístico da região;
- adequação dos distritos e localidades no zoneamento municipal;
- solo da região não é muito propício a agricultura convencional;
- situação precária dos produtores rurais.

Observadas sob ponto de vista ambiental os dados mostram de maneira geral, uma situação favorável. No entanto, no que diz respeito à questão social a realidade é outra. Como já exposto, existe uma série de dificuldades de relação destas áreas com as famílias moradoras da região, que vivem em alguns casos de forma precária. Este fato pode estar relacionado a uma série de equívocos, tanto do lado do poder público, como do lado da comunidade local. Entretanto, cabe ao poder público, municipal, estadual e até federal nas suas diferentes formas de atuação, divulgar de forma mais clara e abrangente a legislação de uso do solo e zoneamento à população residente dessas áreas, buscando a conscientização acerca da potencialidade de manejo das áreas de conservação ambiental.

3.3 INFRA-ESTRUTURA URBANA

No que diz respeito às questões Socioespaciais mais relevantes de Antonina, o Patrimônio Histórico apresentou como principais deficiências a perda de importantes exemplares de edificações luso-brasileiras, a desarticulação de moradores e empresários no sentido de qualificar a atividade turística, a presença de muitas edificações em estado de ruína por questões de especulação imobiliária e o não tombamento do setor histórico em nível estadual. Como qualidades principais está o próprio Centro e sua qualidade paisagística, a realização de diversos estudos a respeito do patrimônio da Cidade e a presença de outros locais de importância histórica como os galpões do Porto Matarazzo e os sambaquis.

Em relação ao Saneamento, logicamente a maior deficiência é a ausência de infra-estrutura de coleta e tratamento de esgotos, fato cruzado com a quantidade considerável de ocupações irregulares sobre área de preservação permanente. Outro problema diz respeito à ausência de drenagem pluvial em vias abertas sobre terrenos de altas declividades e sem pavimentação. A grande potencialidade é a administração municipal do saneamento através

da SAMAE, a qual possui a capacidade de operar no futuro de forma sustentável, em especial com a implantação de um sistema de tratamento de esgotos.

Sobre a Energia Elétrica os principais problemas acabam por entrar na esfera estadual, pois dizem respeito à implantação da rede propriamente dita, ora em locais inadequados como ocupações irregulares sobre mangues, ora uma implantação insuficiente em área de potencial desenvolvimento econômico. A potencialidade está no tocante à esfera municipal, que é a iluminação pública e a possibilidade da troca de lâmpadas de mercúrio por outras de vapor de sódio, mais econômicas e compatíveis com a paisagem do Centro Histórico, por exemplo.

3.4 SERVIÇOS PÚBLICOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS

No tocante aos Serviços Públicos, o item Transporte Coletivo e Sistema Viário se mostrou essencial ao desenvolvimento ordenado da Cidade. As deficiências apontadas foram a ausência de ligações viárias importantes, em especial paralelas à Avenida Conde Matarazzo, e a circulação de ônibus de linha no Centro Histórico em virtude da localização da Rodoviária Municipal. A potencialidade é a possibilidade de abrir novas vias relevantes à circulação e à implantação de uma nova rodoviária, além da demanda por transporte coletivo que permite a circulação de ônibus de menor porte no Centro.

O Cemitério Municipal foi considerado já como uma deficiência por estar com sua capacidade esgotada e locação sobre terreno ambientalmente inadequado, sendo que, por outro lado, há várias possibilidades de locais para sua implantação, com declividades compatíveis e fácil acesso.

Em relação aos Equipamentos Comunitários foram analisadas características gerais, sendo que as principais deficiências encontradas foram a má distribuição, nas áreas urbana e rural, de equipamentos de saúde e, principalmente, esporte e lazer. Também foram observados pontos como a lenta degradação paisagística das praças centrais e a necessidade de refazer o cadastro das famílias dependentes de programas de Assistência Social, buscando a ascensão social das mesmas. As potencialidades dizem respeito principalmente à área da educação, a qual conta com uma boa quantidade de equipamentos, além de cursos profissionalizantes e de terceiro grau, assim como a qualidade de espaços existentes e que devem ser melhor aproveitados, como o Clube 29 de Maio e as praças centrais.

3.5 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O item Vazios Urbanos foi analisado como sendo simultaneamente uma deficiência – uma vez que existem vazios especulativos ao mesmo tempo em que são ocupadas áreas totalmente inadequadas à urbanização – e como uma potencialidade, pois traduzem a oportunidade de uma densificação sobre áreas relativamente estruturadas e adequadas ambientalmente.

A condicionante Expansão Urbana foi analisada paralelamente à existência de espaços vazios adequados à ocupação, uma vez que a área urbana se conforma entre a Baía e os morros e a oferta de solo fora de áreas de preservação permanente deve ser aproveitada, em especial com a ajuda dos instrumentos do Estatuto da Cidade. Outras potencialidades são a existência de áreas com atividades ainda rurais no interior do perímetro urbano, as quais se mostram compatíveis a um adensamento futuro, e a possibilidade de expandir fisicamente áreas do Centro Histórico com material proveniente da dragagem das áreas portuárias.

Na questão da Habitação a análise focou-se na irregularidade fundiária que ocorre sobre mangues e morros urbanos, assim como a densidade nestes locais, onde é comum a presença de mais de uma edificação por lote, construções algumas que contrariam índices básicos de segurança e salubridade. As potencialidades mais uma vez se atêm nas possibilidades geradas pela presença de vazios urbanos e da utilização de instrumentos do Estatuto da Cidade.

3.6 INSTITUCIONAIS

No que diz respeito à Administração Municipal, o seu processo de Gestão Administrativa carece de instrumentos que assegurem eficiência e efetividade na consecução dos seus serviços, bem como no atendimento das necessidades básicas de funcionamento que propiciem condições de assegurar os menores custos da máquina municipal, visto que muitas das áreas da administração municipal têm seus controles e sistemas próprios, porém atuando de forma isolada e com dificuldades no desenvolvimento do trabalho.

Assim, verifica-se também a necessidade de um novo organograma da administração municipal, no que diz respeito às áreas de atuação e responsabilidades de suas secretarias.

- Falta de programas de capacitação dos funcionários;
- Carência de equipamentos de informática, bem como de sistemas integrados de comunicação;

- Carência de um banco de dados informatizado;
- Deficiência na organização e na prestação dos serviços;
- Falta de planejamento integrado com vistas à diminuição de desperdícios na utilização de mão de obra e equipamentos;
- Processo de descentralização de parte dos serviços e da infra-estrutura existente, de forma a buscar a melhoria da qualidade do atendimento para a comunidade.

3.7 TABELA SÍNTESE

Objetivando uma leitura sucinta do diagnóstico elaborado sobre o Município de Antonina, foi elaborada uma tabela que resume, dentre as principais condicionantes dos aspectos anteriormente mencionados, os principais problemas e potencialidades que os caracterizam.

Esta visão de cada tema afeto ao Município serve não apenas como um resumo na Análise Temática Integrada, mas também como uma eleição das questões proeminentes, as quais devem ser tratadas como prioritárias na proposição de diretrizes de desenvolvimento.

SÍNTESE DAS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> Zona Rural 	<ul style="list-style-type: none"> Pouco acesso à tecnologia para realizar projetos sustentáveis. Situação precária de muitas famílias. Distritos e localidades em situação irregular de zoneamento. Falta de organização entre os agricultores. Acesso precário da rodovia Antonina – Guaraqueçaba. Documentação das propriedades rurais. 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de programas municipais integrados. Venda de produtos para merenda escolar. Projetos sustentáveis. Inserido em sua maior parte em UC de uso sustentável. Turismo em diferentes ramos: Aventura, Rural, Ecoturístico, Cultural, etc.
<ul style="list-style-type: none"> Porto 	<ul style="list-style-type: none"> Calado de pouca profundidade. Poucos berços de navios. Necessidade de dragagens constantes. Destinação dos sedimentos das dragagens. Acesso viário deficitário. 	<ul style="list-style-type: none"> Expansão das atividades. Modernização e melhoria do atendimento. Ambientalmente correto. Região ao seu redor ainda pouco urbanizada. Possibilidade de criação de novo acesso.
<ul style="list-style-type: none"> Base comercial / Industrial 	<ul style="list-style-type: none"> Inexistência de parque industrial Escassez de emprego Má distribuição de renda Ausência de áreas públicas infra-estruturadas destinadas a projetos de industrialização. 	<ul style="list-style-type: none"> Oferta de mão de obra. Proximidade de centros consumidores. Melhoria na oferta de serviços. Proximidade ao porto, facilitando exportações.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
	<ul style="list-style-type: none"> Ausência, no poder Executivo Municipal 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas não ocupadas possíveis de investimentos industriais.
<ul style="list-style-type: none"> Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> Dependência da temporada de verão. Dependência ao turismo de Morretes. Perda de identidade municipal. Infra-estrutura turística deficitária. Atrativos históricos degradados. Balneabilidade da água é umas das piores do litoral. 	<ul style="list-style-type: none"> Possibilidade de explorar a Paisagem Natural do Município (Serra, Mata, Baía, centro histórico). Culinária local (barreado e frutos do mar). Desenvolver projetos turísticos sustentáveis (junto à comunidade local). Oferta de Mão de Obra. Turismo Náutico.
<ul style="list-style-type: none"> Pesca 	<ul style="list-style-type: none"> Dependência a atravessadores. Baixo preço dos pescados. Logística de entrega aos principais centros urbanos deficiente. Baixa condição sócio-econômica dos pescadores. 	<ul style="list-style-type: none"> Proximidade a mercados consumidores (Curitiba). Facilidade de acesso ao pescador, boas estradas. Histórico de cooperativa recente. Agregar valor ao produto.

SÍNTESE DAS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES – AMBIENTAIS

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> Manguezais urbanos 	<ul style="list-style-type: none"> Ambiente degradado. Criadouro de ratos. Função ecológica deficitária Saídas de esgotos. Urbanização ilegal. 	<ul style="list-style-type: none"> Recuperar o ambiente. Criadouro de ostras, em projetos sustentáveis. Possível criação de unidades de conservação Paisagem urbana turística. Reordenar a urbanização em áreas de manguezais.
<ul style="list-style-type: none"> Morros e encostas urbanas 	<ul style="list-style-type: none"> Ocupação irregular com perigos públicos. Adensamento urbano. Ruas com declividade e largura mínima irregular ao desenvolvimento de infra-estrutura urbana. Erosão do solo urbana. Desmatamento Irregular 	<ul style="list-style-type: none"> Limitar a expansão urbana. Regularizar alguns lotes. Relocar e urbanizar de maneira adequada.
<ul style="list-style-type: none"> Cobertura Vegetal 	<ul style="list-style-type: none"> Desmatamento irregular Falta de política de recuperação das matas ciliares Programa de produção de mudas 	<ul style="list-style-type: none"> Diversidade de espécies da flora Diversidade da fauna Turismo Ecológico Pesquisa Científica
<ul style="list-style-type: none"> Baía de Antonina 	<ul style="list-style-type: none"> Poluição pelas entradas ilegais de esgotos Manguezais urbanos degradados. Recursos pesqueiros sobre-explorados (peixes, crustáceos, 	<ul style="list-style-type: none"> Atrativo turístico. Cultivos de diversos organismos (peixes, camarões, mariscos, ostras). Aumento da produção pesqueira

PLANO DIRETOR MUNICIPAL

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
	<p>moluscos).</p> <ul style="list-style-type: none">• Sedimento contaminado com metais pesados.• Acelerado processo de assoreamento, demandando um número excessivo de dragagens.	<p>associada ao plano de gerenciamento do estoque pesqueiro.</p>

SINTESE DAS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES – SÓCIO-ESPACIAIS E DE INFRA-ESTRUTURA

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> Patrimônio Histórico 	<ul style="list-style-type: none"> Ociosidade de diversas edificações de importância histórica e arquitetônica em virtude do desaquecimento econômico do Município; Ausência de uma maior articulação entre os trabalhadores e empresários do setor turístico no sentido de enaltecer este potencial do município e estruturar a recuperação do casario para este fim; Perda de exemplares importantes do Centro Histórico nos últimos 20 anos; Ocorrência de algumas construções recentes que descaracterizam o gabarito de altura e de estética de uma maneira geral, no que diz respeito à forma, cores e materiais; Péssimo estado de conservação de algumas edificações ociosas na região central; Patrimônio não tombado em nível estadual, o que dificulta a 	<ul style="list-style-type: none"> Existência de exemplares arquitetônicos de relevância histórica e arquitetônica nos cenários estadual e federal; Ocorrência de sambaquis em bom estado de preservação; Galpões do Porto Matarazzo, os quais podem ser considerados patrimônio de importância nacional e estão fora do Centro Histórico, demonstrando as diversas áreas de interesse que existem no Município; Centro Histórico com desenho urbano e traçado das vias representativo da ocupação luso-brasileira na região; Desenho urbano da região central que privilegia a relação das construções com o sítio natural e com a Baía de Antonina; Maioria das edificações recentes na área do Centro Histórico não descaracterizaram os gabaritos de testada e altura; Infra-estrutura já instalada na área central;

PLANO DIRETOR MUNICIPAL

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
	<ul style="list-style-type: none"> manutenção e a busca de verbas; • Ausência de levantamentos arquitetônicos atualizados e criteriosos das edificações, sobre a relevância da preservação também de seus espaços internos e sobre seu estado de conservação atual; • Crescimento de vegetação (mangue) em frente à Praça Feiramar, fato que dificulta a contemplação paisagística da Baía e cria um ambiente de depósito de lixo e proliferação de parasitas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciativa municipal de elaboração de lei de delimitação da área do Centro Histórico e área de proteção ao mesmo; • Existência de diversos estudos acadêmicos acerca do patrimônio antoninense; • Utilização de algumas edificações históricas do Centro para usos comerciais e turísticos; • Reestruturação do Porto de Antonina através da elaboração de um zoneamento que privilegia os galpões do Porto Matarazzo.
<ul style="list-style-type: none"> • Saneamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de rede de coleta e tratamento de esgotos no Município; • Presença de ocupações sobre mangues e junto a cursos d'água com despejo de esgoto direto; • Vias abertas sem drenagem pluvial, fato bastante corrente em vias sobre terrenos de altas declividades, principalmente nos bairros Maria Luiza, Penha e Areião; • Poluição da Baía em decorrência de diversos fatores, como 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência da Samae, companhia municipal de saneamento, tornando o Município independente de projetos estaduais; • Existência de lagoas de tratamento, as quais precisam ser revitalizadas; • Estrutura de captação, tratamento e distribuição de água consolidada; • Estruturação de acordo inter-municipal para a implantação de um aterro controlado para a destinação dos resíduos sólidos. •

PLANO DIRETOR MUNICIPAL

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
	<p>despejo de esgotos e lavagem de minerais rochosos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existência de locais inadequados para a destinação dos resíduos sólidos – lixões. • 	
<ul style="list-style-type: none"> • Energia Elétrica e Iluminação Pública 	<ul style="list-style-type: none"> • Presença de rede de energia elétrica e iluminação pública em ocupações irregulares sobre mangues; • Presença de postes convencionais no Centro Histórico, causando grande poluição visual; • Ausência de rede e subestações suficientes para um possível aumento dos estabelecimentos industriais no Município. 	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de efetuar a troca das lâmpadas de mercúrio por outras mais econômicas e agradáveis esteticamente;

SINTESE DAS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES – SERVIÇOS PÚBLICOS E EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Transporte Coletivo e • Sistema Viário 	<ul style="list-style-type: none"> • Tráfego de ônibus convencionais, municipais e intermunicipais, pelas vias do Centro Histórico, sobre vias que não possuem porte e raio de curvatura suficientes e prejudicando as próprias edificações; • Localização da Rodoviária Municipal no Centro Histórico sobre terreno altamente privilegiado quanto à localização e às visuais; • Carência de terminais adequados em regiões importantes do Município, como as localidades rurais e a área portuária; • Falta de ligações viárias entre bairros que funcionem como binários às avenidas principais, como a Av. Conde Matarazzo e a Av. Thiago Peixoto; • Ausência de diretrizes viárias que coordenem a implantação dos novos loteamentos; • Entrada e escoamento da carga portuária por vias urbanas, 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de áreas desocupadas no Município para a implantação de novos terminais de transporte coletivo e mesmo de transporte intermunicipal; • Possibilidade de traçar rotas alternativas para o transporte de ônibus que acessam o Centro Histórico; • Demanda por transporte coletivo permite a troca de ônibus convencionais por micro-ônibus; • Possibilidade de locais alternativos para a implantação de ciclovias na área urbana.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
	residenciais e pelo Centro Histórico; • Ausência de ciclovias, sendo que boa parte da população utiliza a bicicleta como seu meio de transporte diário;	
• Equipamentos Comunitários	• Equipamentos de Saúde Centralizados, inadequados à implantação de programas preventivos por todo o Município, como o Programa de Saúde da Família; • Atendimento odontológico carece de uma clínica municipal bem equipada; • Escolas da área rural não são preparadas para um ensino voltado às práticas da produção agrícola; • Transporte escolar não atende suficientemente os alunos da área rural; • Ausência de equipamentos de lazer nos bairros urbanos; • Ausência de locais de contemplação da paisagem da Baía espalhados pela área urbana; • Praças do Centro descuidadas,	• Ocorrência de lotes vazios nos bairros urbanos nos quais podem ser aplicados os instrumentos do Estatuto da Cidade para a implantação de equipamentos comunitários em geral; • Implantação de equipamentos de ensino profissionalizante no Município, além da presença de uma faculdade; • Implantação de cursos técnicos e profissionalizantes adequados à realidade e às atividades econômicas locais; • Localidades rurais possuem ocupação antrópica densa o suficiente para receberem novos equipamentos comunitários de educação e saúde; • Presença de praças significativas no Centro Histórico, as quais são importantes pontos de referência para Antonina;

PLANO DIRETOR MUNICIPAL

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
	<p>necessitando de melhorias na pavimentação, no paisagismo e no mobiliário urbano;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Clube 29 de Março pouco aberto visualmente à cidade, possui potencial pouco explorado em sua capacidade de se tornar um importante complexo esportivo; • Ausência de equipamentos esportivos nas localidades rurais; • Necessidade de elaborar recadastramentos das famílias que recebem programas de complementação de renda; • Ausência de programas e equipamentos de assistência social específicos, como de atendimento à idosos, adolescentes e de capacitação dos pescadores; • Necessidade de integração entre as Secretarias de Cultura e Obras e Planejamento na elaboração de projetos de preservação do patrimônio de Antonina. 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de um importante equipamento esportivo junto ao Centro, o Clube 29 de Março; • Potencial de exploração da tradição caiçara e dos pescadores através de equipamentos culturais e turismo sustentável; • Políticas culturais por parte da Prefeitura que procuram valorizar as tradições locais em detrimento da simples “cópia” de manifestações culturais; • Eventos culturais importantes, como o Festival de Inverno da UFPR.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none">Cemitério Municipal	<ul style="list-style-type: none">Cemitério Municipal sobre área inadequada, de alta declividade e com capacidade quase esgotada.	<ul style="list-style-type: none">Existência de algumas áreas com declividades e localização adequadas a um novo cemitério municipal, principalmente nos bairros do Saivá, Tucunduva e KM4.

SINTESE DAS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> Vazios Urbanos 	<ul style="list-style-type: none"> Ocupação de áreas de encostas, mangues e ocupações sem desenho ordenado de vias uma vez que a cidade pode ter uma ocupação mais densa; Ocorrência de diversas edificações de importância histórico-arquitetônica vazias e degradadas não apenas no Centro mas em outras áreas do Município; Recursos insuficientes para a aquisição por parte do poder público de boa parte das áreas ociosas de interesse de implantação de habitação social, equipamentos e preservação do patrimônio; Necessidade de equipamentos comunitários. 	<ul style="list-style-type: none"> Ocorrência de imóveis vazios e subutilizados em áreas com infraestrutura razoavelmente instalada; Ocorrência de imóveis vazios e subutilizados próximos a áreas de ocupação irregular e desordenada; Ocorrência de imóveis ociosos com baixas declividades e próximos a vias de porte de circulação e de uso misto (atividades comerciais, de serviço e residenciais); Instrumentos do Estatuto da Cidade cujo fim é a destinação das áreas ociosas para uma ocupação que justifique os investimentos públicos sobre as mesmas; Instrumentos do Estatuto da Cidade como o Consórcio Imobiliário, no qual a Prefeitura pode realizar um investimento em uma área particular sem necessariamente adquiri-la.
<ul style="list-style-type: none"> Expansão Urbana 	<ul style="list-style-type: none"> Ocupação histórica entre a Baía e as montanhas em uma área “linear” com poucos espaços de declividades adequadas às 	<ul style="list-style-type: none"> Possibilidade de adensar a ocupação urbana através da utilização dos vazios e ruínas e assim, protelar a ocupação nas

PLANO DIRETOR MUNICIPAL

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
	<p>atividades urbanas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Expansão da ocupação urbana em áreas inadequadas para este fim e desprovidas de infraestrutura • Áreas de produção rural no interior do perímetro urbano 	<p>áreas passíveis de expansão urbana;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Instrumentos do Estatuto da Cidade que auxiliam a ocupação prioritária das áreas urbanas já infra-estruturadas; • Ocorrência de áreas, principalmente entre o acesso da Cidade e a Baía, na região do Saivá, que apresentam declividades adequadas à ocupação urbana, porém de forma controlada e não muito adensada; • Possibilidade da realização de aterros com o material dragado das obras de expansão portuária em alguns pontos do Centro Histórico e da Praia dos Polacos, de maneira a criar novos espaços públicos de contato com a Baía; • Expansão com alternativas já estabelecidas quanto às atividades e uso do solo, como as áreas portuária de ampliação desta atividade.
<ul style="list-style-type: none"> • Habitação 	<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento das áreas de ocupação irregular de baixa renda no município, em especial nas áreas do Portinho, Tucunduva, 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de vazios urbanos em solos planos e próximos às habitações irregulares de baixa renda;

PLANO DIRETOR MUNICIPAL

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
	<p>Caixa d'Água e Praia dos Polacos;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bolsões de pobreza junto às áreas de mangue, devido à atividade da pesca; • Construções sem padrões mínimos de segurança civil, salubridade e acessibilidade, e da carência de infra-estrutura; • Presença constante de habitação coletiva horizontal, ou seja, mais de uma residência em um mesmo lote, de maneira desordenada e bastante adensada; • Ocupações de diversas classes sociais em áreas de encostas e topos de morros • Corte de morros abrupto em vários pontos da área urbana, em especial no bairro Tucunduva • Solo arenoso e coluvial, denotando o risco de desabamentos sobre ocupações que se encontram sobre encostas ou sobre cortes de terra; • Irregularidade fundiária por questões ambientais e por pendências judiciais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de utilizar instrumentos do Estatuto da Cidade voltados à regularização fundiária, como o usucapião urbano e o consórcio imobiliário; • Possibilidade de realizar uma expansão urbana futura sobre área que não ofereçam risco à ocupação; • Existência de lagoas de tratamento de esgoto – não utilizadas atualmente – junto ao bairro Tucunduva, facilitando uma solução para a implantação de rede de coleta e tratamento junto a áreas de ocupação irregular sobre mangues